

## **A PRODUÇÃO DO ARTESANATO, COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE VILA PROGRESSO NO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL – RS**

Maria do Carmo da Silva<sup>1</sup>  
José Geraldo Wizniewsky<sup>2</sup>

### **Resumo**

As unidades de produção rural estruturadas no trabalho familiar, no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sofreram ações de expansão e de retração conforme determinadas conjunturas econômicas. Neste processo de modernização tecnológica da agricultura, para estes agricultores foi diferenciada, segundo as regiões, estratos de área e tipos de produtos cultivados. Os produtores familiares que não foram alijados desse processo desenvolveram-se subordinados a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados no Brasil. As unidades produtivas familiares rurais, por conta da expansão do capitalismo no campo, tiveram que se adaptar e reorganizar suas atividades para continuarem existindo e produzindo na terra. Nessa reorganização de suas atividades passaram a combinar atividades agrícolas e não-agrícolas. Deste contexto emergiu a pluriatividade, com uma grande diversidade social e espacial. Neste estudo, a pluriatividade é representada pelo artesanato como uma forma de estratégia de reprodução da agricultura familiar. O objeto deste trabalho é a caracterização da agricultura familiar da comunidade de Vila Progresso, pertencente ao município de Caçapava do Sul – RS, tentando focalizá-la paralelamente ao desenvolvimento de outra atividade, o artesanato. Procurou-se observar a comunidade como um todo, ou seja, desde aspectos da vida comunitária, as atividades artesanais, o cultivo da terra e as relações de trabalho.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, pluriatividade, artesanato, agricultor-artesão, comunidade.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas. Professora – URCAMP. Campus de Caçapava do Sul.

<sup>2</sup> Orientador- Professor do Departamento Educação Agrícola e Extensão Rural e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria – RS.

## **THE PRODUCTION OF HANDCRAFT, STRATEGY AND REPRODUCTION AT THE COMMUNITY FAMILY FARMING IN THE MUNICIPALITY OF VILA PROGRESSO, CAÇAPAVA DO SUL – RS**

### **Abstract**

The units of rural production structured on the family work in the process of development of Brazilian capitalism, had suffered movement of expansion and shrinkage according to certain economic situations. This process of technological modernization of agriculture, for these farmers was different, depending on the regions, strata area and types of crops grown. The family farmers who have not been priced out of this process developed themselves subordinated to a concentrated structure of the land property and of the markets in Brazil. The rural family production units, due to the expansion of capitalism in the countryside, needed to adapt and reorganize their activities to keep existing and producing on land. In this reorganization of its activities, they went through a combination of agricultural and non-agricultural activities. From this context emerged multi-activity, with a big spatial and social diversity. In this study, multi-activity is represented by the craft as a form of strategy to reproduce family farming. The main purpose of this work is to characterize the family farming community of Vila Progresso, which belongs to the municipality of Caçapava do Sul - RS, trying to focus it alongside the development of other activities: the crafts. It was tried to observe the community as a whole, ie, since community life, craft activities, the culture of land and labor relations.

**Key-words:** family farming, multi-activity, crafts, farmer-craftsman, community.

### **1. Introdução**

A agricultura e o artesanato sempre estiveram interligados e, quanto maior fosse o isolamento, precárias condições das estradas e dos meios de locomoção, mais diversificado era o artesanato. Uma vez que o camponês caracterizou-se pela auto-suficiência ao produzir e transformar sua produção no interior da própria unidade produtiva.

Essas atividades foram modificando-se historicamente ao transformarem as relações de produção tanto na cidade, quanto no meio rural. Hoje, as atividades não agrícolas tomam conta do meio rural. É neste contexto que será colocado a discussão sobre as estratégias de reprodução

da agricultura familiar, onde a pluriatividade, é representada pelo artesanato. O presente trabalho busca analisar, descrever e apresentar as estratégias adotadas pelas unidades de produção familiar através da contextualização de sua organização produtiva e social, visando caracterizar as estratégias adotadas para a sobrevivência social e produtiva e, nesse caso, o trabalho dedicado a outras atividades não agrícola: o artesanato. Se trata de um estudo descritivo e sua abordagem é qualitativa, o método de investigação adotado foi o de estudo de caso. Abordou-se no mesmo a agricultura, a interpretando, paralelamente ao desenvolvimento de outra atividade, o artesanato. Para a análise do trabalho, procurou-se observar a comunidade como um todo, ou seja, desde aspectos da vida comunitária, as atividades artesanais, o cultivo da terra e as relações de trabalho. Assim, num primeiro momento, revisitamos os conceitos de agricultura familiar e, em seguida, fazemos uma discussão sobre artesanato e pluriatividade, para na continuidade descrevermos a comunidade, o processo produtivo, bem como a atividade artesanal, praticada por grande parte da comunidade, aqui analisada como uma estratégia de sobrevivência da agricultura familiar, que tem nesta atividade uma fonte de renda cada vez mais significativa para os agricultores familiares da localidade.

## **2. Desenvolvimento**

### **2.1 Revisitando conceitos sobre agricultura familiar**

A agricultura familiar não é propriamente um termo novo, anteriormente, eram denominados como “pequenos produtores”, “trabalhadores rurais”, “colonos e/ou camponeses”. A expressão “agricultura familiar” passa a ser utilizada no Brasil a partir da década de 90, com ampla penetração nos meios acadêmicos e nas políticas de governo e nos movimentos sociais. Atualmente, a expressão agricultura familiar, adquiriu novas significações, quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura

Familiar – PRONAF (Brasil, 1996 apud ALTAFIN, 2008). Por esta razão a discussão teórica e política vêm avançando sobre quem é considerado agricultor familiar, qual a sua importância e o seu papel no desenvolvimento local e para a segurança alimentar. Neste sentido, segundo Abramovay (1997, P.3) citado por Schneider (2003 p.41):

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

Já para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) a agricultura familiar é a que apresenta até dois empregados permanentes cultivando área inferior a quatro módulos rurais. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), a agricultura familiar é trabalhada em menos de quatro módulos rurais e não contrata mão de obra permanente (GIPAF, 1999). A lei 11.326/2006, que estabeleceu diretrizes para uma política para a agricultura familiar, considera que a agricultura familiar é aquela que: *não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.*

Já para estudiosos da questão agrária, como Wanderley (2001), por exemplo, valoriza o estudo do campesinato tradicional, pois para ela a terminologia “agricultura familiar” é uma categoria genérica, sendo que a

combinação entre trabalho e propriedade assume no tempo e espaço uma grande forma de diversidades sociais. A agricultura familiar, como chamada atualmente, aparece como um novo personagem diferente do camponês tradicional que assumiu a condição de produtor moderno. Ainda, segundo Wanderley (2001), a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar uma vez que se funda na relação de “propriedade, trabalho e família”.

Sobre esta forma de funcionamento e lógica de produção, Wanderley (2001, p.23) afirma que “é importante insistir que este caráter familiar não é mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.”

Wanderley (1990) afirma que a forma familiar diversifica-se em diferentes contextos e constitui uma evolução da forma camponesa. Neves (1995) vê a dicotomia “familiar e capitalista” simples e reducionista. Para ela, a classificação dual entre unidade familiar e unidade capitalista é inadequada. A primeira seria aquela na qual as atividades são realizadas em sua grande maioria por trabalho familiar, orientadas para o atendimento da reprodução da unidade de produção, da condição de proprietária dos meios de produção, e para a resistência à proletarianização. A segunda é caracterizada pelo trabalho assalariado, pela obtenção de mais valia e reprodução ampliada do capital e pela busca constante de aumentos de produtividade e de rentabilidade (NEVES, 1995 apud DEPONTI, 2007, P.10).

Cole (2003) e Schneider (1999) entendem que a concepção de agricultura familiar deve estar voltada para o entendimento dos fatores relacionados com a sua reprodução social. A agricultura familiar desenvolve mecanismos de resistência e consegue reproduzir-se socialmente mesmo em ambientes adversos. Essa afirmativa vai além da idéia apresentada por Abramovay (1998), em que a reprodução da agricultura familiar,

especialmente no que tem se observado nos países capitalistas avançados, ocorre mediante situações favoráveis de apoio e incentivo do Estado.

É preciso dizer também, que o atual debate sobre a agricultura familiar no Brasil não possui posturas definidas. Estudos como, por exemplo, os de Veiga (1991). Abramovay (1998) e de Lamarche (1993), apresentam a produção familiar como uma forma social reconhecida e legitimada nas economias desenvolvidas. Essa forma social constitui-se enquanto reflexo do próprio processo de modernização. Nessas economias, a estrutura agrária revela um peso significativo das unidades de exploração rurais assentadas no trabalho da família. Os trabalhos desses estudiosos refletiram de um modo geral, na produção de outros conceitos e idéias, como as atividades não-agrícolas e a pluriatividade, trabalhadas por Veiga (1991, 1995), Tedesco (2001), Schneider (1999, 2003), Anjos (2003).

Contudo, é preciso explicitar que o entendimento sobre agricultor familiar, nesse estudo, seguiu a definição desenvolvida por Wanderley, que em seus estudos considera agricultor familiar aquele que não se apropria do trabalho alheio no processo de produção, ou seja, o agricultor familiar tem como característica central a auto-exploração na unidade produtiva, o que torna o caráter familiar um fator essencial para a organização da produção. E, de acordo com Schneider, as famílias desenvolvem estratégias a partir da produção, do trabalho e do consumo que visam à reprodução do Grupo.

A família rural é entendida como sendo um grupo social que compartilha o mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Este coletivo está ligado por laços de parentesco e consangüinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção). É no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas (SCHNEIDER, 2000, p.8).

## **2.2 Artesanato: face pluriativa e de estratégia reprodutiva da agricultura familiar**

A discussão atual sobre o tema leva-nos para análise da ressignificação de certas atividades que, embora já fizessem parte da identidade camponesa do passado, frente a um novo processo produtivo, hoje passam por uma reestruturação. Como mostra Kautsky (1980) em sua análise sobre a evolução do capitalismo no campo, evidencia todo o processo de transformação na agricultura camponesa na Europa quando da separação da indústria da agricultura e do desenvolvimento da indústria para a agricultura, alterando profundamente o modo de vida camponês. Referindo-se à família camponesa da idade média e sua autonomia frente ao mercado, o autor descreve como esta constituía uma sociedade que quase bastava a si mesma, uma vez que “não apenas produzia os seus gêneros alimentícios, mas também construía a sua casa, seus móveis e utensílio doméstico, preparava o linho e a lã, confeccionava suas roupas, etc.”. (p.23).

Também, Garcia Jr (1983) em seu estudo sobre o campesinato da zona da Mata Pernambucana, ao analisar o trabalho familiar, evidencia atividades não-agrícolas, citando o artesanato doméstico como uma ocupação tradicional da família camponesa. O objeto deste artesanato é definido por este autor como:

A produção dos mais variados bens necessários ao trabalho agrícola ou transporte de animais no caso dos homens, a de bens que compõe o consumo da família ou que propiciam este consumo, no caso das mulheres: cerâmica para preparo e exposição de alimentos, construção de fogões a lenha, artigos em palha trançada como abanos, roupas, beneficiamento e preparo de alimentos para o consumo prolongado (GARCIA Jr. 1983, p.78-79).

Se considerarmos determinadas atividades não-agrícolas, como o artesanato, por exemplo, a análise poderia partir da existência de um rendimento extra da unidade familiar como parte do seu cotidiano de

trabalho, uma vez que muitos objetos são confeccionados visando seu valor de uso e não seu valor de troca.

Segundo Couto (1997) o artesanato, sempre esteve ligado, de uma forma ou de outra, à vida camponesa. Como atividade não agrícola faz parte de seu cotidiano como forma alternativa de aquisição de produtos que não pode adquirir no mercado; seja manifestação artístico-cultural herdada dos seus antepassados e que querem preservar. De acordo com os autores, o que se pode salientar dessa atividade hoje, é sua incorporação como valor de troca, inserida como atividade de renda é estratégia para sua reprodução social.

Hoje as populações rurais, no intuito de elaborar estratégias de sobrevivência, continuam suas atividades não-agrícolas, adaptando-as ao sabor dos novos tempos. O artesanato que antes servia às necessidades do consumo interno passa agora a serem comercializados.

Segundo Graziano da Silva (1997, p.3), chamar de “novas” essas atividades significam dizer que, embora muitas delas sejam seculares, somente há pouco tempo vêm ganhando importância como atividades econômicas. Tidas anteriormente como “atividades de fundo de quintal”, passaram à alternativa de emprego e renda no meio rural, muitas vezes envolvendo verdadeiras cadeias produtivas, serviços pessoais e produtivos relativamente sofisticados e complexos.

Contudo, a produção do artesanato pode ser questionada em virtude do crescimento acelerado da industrialização. Ribeiro (1983), Lima e Azevedo (1982) e Canclini (1983), acreditam que as características do mesmo venham sofrendo, ao longo do tempo, alterações na sua apresentação em virtude da concorrência com produtos industrializados.

Filgueiras (2005) ressalta que o artesanato pode se tornar competitivo em relação ao similar industrializado por apresentar personalização de suas peças, bem como aspectos artísticos e culturais intrínsecos a sua concepção e produção, características mais perceptíveis e



desejáveis por consumidores mais exigentes, que, normalmente têm maior poder aquisitivo.

Canclini (1983), expressa a dificuldade em definir o artesanato devido ao fato de que sua identidade e seus limites têm se tornado complexo nos últimos tempos porque os produtos considerados artesanais modificaram-se ao se relacionarem com o mercado capitalista, a indústria cultural, o turismo e com as novas formas de lazer, comunicação e arte. Para Canclini (2005), o artesanato é visto como uma atividade que passa de geração em geração, com técnicas rudimentares que refletem uma cultura, seus hábitos ou cotidiano, através de suas experiências de vida e que são fonte de renda, utilizando quase sempre matérias-primas disponíveis facilmente ao seu alcance.

Figueiras (2005) aponta outro benefício das atividades artesanais, afirma que o artesanato promove é a inserção da mulher e do adolescente em atividades produtivas, estimulando a prática do associativismo e fixando o artesão no local de origem. Assim, o artesanato é visto como um dos meios de ocupação e atividade de geração de renda.

De acordo com Couto (1997) O artesanato, hoje, foi incorporado como valor de troca, inserido como atividade de renda e estratégia para sua reprodução social. Ele vem passando por um processo lento de reestruturação, que o coloca junto e/ou associado a outras atividades, como o turismo rural.

No entanto, ressalta a autora, que há continuidade do trabalho agrícola, mesmo com a produção do artesanato para venda crescendo. Couto (1997) explica que isso se deve ao fato de o agricultor adequar sua produção artesanal a condições que o possibilitem fazer continuar fazendo os dois tipos de trabalho num mesmo período de tempo, mesmo que precise contar com mais pessoas trabalhando.

Nesse sentido, a atual discussão da pluriatividade como uma estratégia de sobrevivência da agricultura no campo é reforçada. A pluriatividade é definida por Schneider (2003) como uma situação social em

que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Já para Anjos (2003, p.246), a pluriatividade consiste em que os componentes da unidade familiar executem diversas atividades no interior ou fora de sua exploração agrária, com a finalidade de obter um ingresso econômico correspondente, de forma a que a convencional identidade entre família e unidade de produção deixa de existir. De acordo com Carneiro (1992), a pluriatividade significa as “atividades complementares ou suplementares à produção agrícola, exercidas por um ou mais membros de um grupo doméstico” (p, 01). É com esses pressupostos que fazemos referência ao artesanato, que sempre existiu entre os agricultores familiares e esporadicamente vendido a algum visitante ocasional, essa realidade é encontrada, por exemplo, na Vila Progresso, no município de Caçapava do Sul – RS.

### **2.3 A comunidade de Vila Progresso: a articulação entre agricultura e artesanato**

A comunidade de Vila Progresso, local escolhido para o estudo de caso, faz parte do município de Caçapava do Sul, distante 25 quilômetros deste e 262 quilômetros de Porto Alegre. A Vila Progresso é cortada pela BR 290. A comunidade possui posto de saúde, uma capela onde os moradores participam das atividades religiosas e demais eventos. Contam com dois supermercados, 01 cooperativa de apicultores – COOAPI – e uma escola municipal que atende alunos de 1ª a 4ª ano, encerrado esse ciclo os estudantes são encaminhados para outra escola de Ensino Fundamental e Médio na região de Durasnal.

Para o desenvolvimento do presente trabalho optou-se pelo método de estudo de caso numa abordagem qualitativa de cunho descritivo.

Para a coleta dos dados utilizou-se de dois instrumentos: o questionário e a entrevista. Foram pesquisados 10 produtores. Para a escolha dos informantes utilizou-se como critérios: grupos familiares com a posse da terra e envolvidos na produção agrícola; utilização de mão-de-obra familiar, e o exercício de atividades não-agrícolas.

As famílias pesquisadas são compostas em média por quatro pessoas, a maioria delas adultas com idade média acima de 30 anos, com presença de jovens e crianças, ainda na idade escolar. A média de escolaridade dos adultos é baixa, raramente superando a 5ª série primária.

De acordo com a amostragem, das pessoas entrevistadas, 90% são casadas e 10% solteiras. Dessas seis são naturais de Caçapava do Sul e quatro são nascidos em Cachoeira do Sul, município vizinho. Na condição de produtor rural, 90% são proprietários e 10% parceiro/meeiros. Os produtores artesãos ocupam uma área de aproximadamente 16 hectares, ali vivem cerca de 100 famílias constituídas por pequenos proprietários ou arrendatários, cujas parcelas raramente ultrapassam a 30 hectares e onde cultivam lavouras tais como o feijão, o milho e a mandioca, batata, abóbora e hortaliças. Há criações de galinhas e a produção de hortaliças é destinada a subsistência. Na pecuária o destaque é para o gado de corte e ovelhas. A criação de bovino de corte representa uma espécie de poupança que o agricultor recorre em momentos de dificuldades financeiras.

Além, da produção agrícola e pecuária, a localidade Vila progresso é conhecida como uma região da apicultura, existindo na comunidade uma cooperativa dedicada à apicultura, a COOAPI, além de um posto de venda do mel e seus derivados.

As propriedades localizam a alguns quilômetros da BR, porém, dentro da mesma região, onde mantém produções agrícolas para o consumo e criação de gado de corte. A maioria dos produtores artesãos reside às margens da BR 290 onde é exposta a produção artesanal.

Uma das dificuldades apresentada na região é a escassez de água aliada às condições desfavoráveis de solo, para resolver o problema de

escassez de água, cerca de 90% dos produtores tem construído poço artesiano. Todas as propriedades possuem energia elétrica, esse acesso a eletrificação foi conseguido através do programa “luz para Todos”.

No processo produtivo, cerca de 60% dos produtores não possui máquinas e implementos agrícolas para o trabalho nas propriedades, não fazem curva de nível, nem irrigação e a adubação, quando utilizada é orgânica. A produção vegetal é reduzida, a produção animal é um pouco mais expressiva e cerca de 50% dos produtores dão pouca ou nenhuma importância ao crédito financeiro para desenvolver as suas propriedades, uma vez que se voltaram ao artesanato como atividade principal. Dos entrevistados apenas um produtor artesão acessou o PRONAF investimento por dois anos para a compra de matéria-prima para a produção artesanal.

A maioria das propriedades da região é formada por área que variam de 10 a 30 hectares, em virtude do tamanho das propriedades e de ser a mão-de-obra familiar, têm na troca de serviço a solução para seus problemas nas horas de plantio e colheita quando o volume de trabalho é maior.

Observou-se que há a predominância da participação masculina, especialmente do chefe da família no plantio, colheita, trato, manejo e alimentação de animais de grande porte e também são os responsáveis pelas transações financeiras, o espaço da mulher é ocupado na compra de alimentos, manejo e alimentação de galinhas, suínos e serviços domésticos.

Os agricultores afirmam não haver excedentes para comercializar e apresentam como justificativa a baixa produtividade nas colheitas, a pouca terra para plantar, ausência de tecnologia e não ter incentivos adequados por parte do governo. O resultado é uma produção insuficiente até mesmo para o consumo familiar, levando-os a buscar alternativas na produção artesanal para complementação da renda. Nesse sentido, a produção agrícola e a pecuária familiar passam a ter um valor quase exclusivo de autoconsumo, enquanto a maior parte da renda vem das atividades

artesanais. O grupo estudado mostra interesse visível na comercialização do artesanato e não na produção agropecuária.

Os produtores da Vila Progresso declaram obter com as rendas agrícolas meio salário mínimo mensal; com as rendas não-agrícolas, de um a dois salários mínimos; acham normal o exercício de atividades não-agrícolas, apontando-as como principal fonte de renda do núcleo familiar, e essencial para a sobrevivência da família. Tal situação conduz um número razoável de famílias da agricultura familiar a dirigirem parte da mão-de-obra para atividades não-agrícolas, especialmente o artesanato, constituindo assim a principal alternativa para alcançar o equilíbrio econômico. Como eles próprios afirmam: “só com a agricultura não dá. Como vai sustentar a família? E aqui foi o artesanato que deu certo” (N.J.B- Agricultor Artesão).

#### **2.4 O artesanato: estratégia reprodutiva para a agricultura familiar**

Os produtores artesãos como já foi dito, residem às margens da BR 290. Em frente de suas residências são expostas num grande fio a produção artesanal. Todos os produtores artesãos utilizam do mesmo expediente. A principal matéria-prima do artesanato é de lã crua e couro bovino. Praticamente, todos os produtores confeccionam as mesmas peças, tais como: pala, boinas, casacos, cobertores, tapetes, luvas e chergão, que é um apetrecho para montaria.

Parte da matéria-prima é obtida da produção de ovelhas, as quais são mantidas na propriedade rural, o restante da matéria-prima – os fios - é adquirido da produção industrial fora da comunidade. O local da produção é a própria casa, observamos, contudo, que alguns produtores possuem uma dependência anexa exclusivamente destinada aos teares, conforme mostra a figura 01, onde se observa no fundo outro tear.

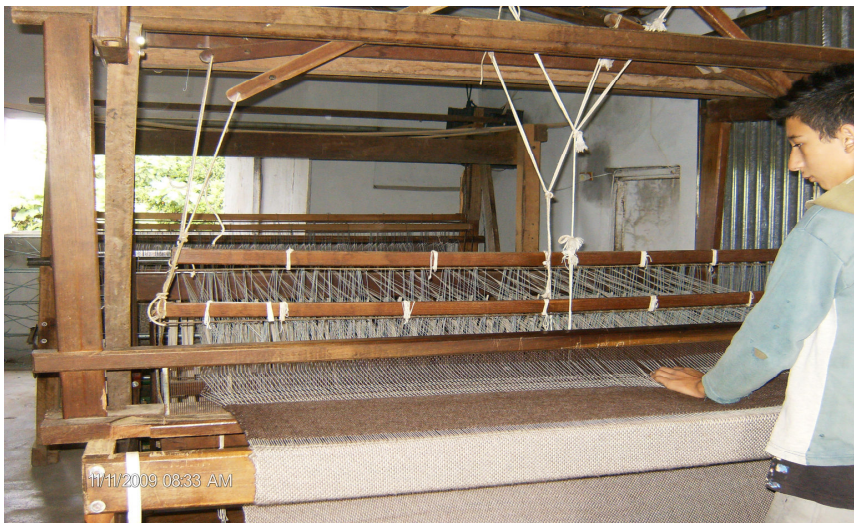


Figura 01 – Teares – Encontrados em todas as residências dos produtores- artesãos da Vila Progresso.

Os teares são máquinas um tanto rústicas, conforme mostra a figura 01, mas que atende perfeitamente as propostas de trabalho de seus produtores. O artesanato de lã constitui uma tradição na área, cuja prática se transmite de uma geração a outra, iniciando o aprendizado a partir dos 10 anos de idade. Na totalidade das unidades de produção familiar pesquisadas, havia a presença de todos os integrantes da família na produção do artesanato em lã de ovelha, com atuação expressiva de crianças e jovens no manejo dos teares, no período em que não estão na escola. Dadas as características da produção artesanal – lã de ovelhas e couro bovino – a intensidade do trabalho é maior no inverno, onde a produtividade é maior, com destaque para os cobertores, palas e boinas, neste período são finalizadas cinco peças diárias.

A atividade artesanal envolve grande parte da população local. Parte do trabalho da produção dos palas que exigem acabamento com tricô, na confecção de golas e franjas, são distribuídos entre a população, geralmente entre as mulheres e crianças. Em geral o produto é

comercializado nas próprias propriedades, às margens da BR 290, e em feiras e demais cidades do estado, através de pedidos prévios aos produtores. O artesanato é considerado socialmente como trabalho, e o é, sendo realizado, em média de 12 a 15 horas diárias.

Na Vila Progresso, o artesanato sempre esteve intimamente ligado a outros elementos favoráveis para o seu desenvolvimento: a localização privilegiada do núcleo de artesãos, às margens da BR 290 com fluxos constantes de turistas e viajantes a serviço do comércio que passam pela área, tem contribuído para impulsionar a economia local. Hoje, ao invés de utilizar seus produtos para uso doméstico ou mesmo ficar à espera de um comprador ocasional, ou entregar seus produtos para serem vendidos por terceiros em lojas da cidade, o agricultor-artesão tem assumido cada vez mais o seu negócio. Há a percepção de que o artesanato é uma estratégia economicamente viável e que pode absorver grande parte da população local, ainda assim garantir lucratividade para todos, se for bem organizada.

Os que conseguiram se estabelecer em locais favoráveis transformou as salas e as frentes de suas casas em lojas e mais do que isso têm buscado novas estratégias de comercialização, de forma a dar maior visibilidade a seus produtos. No entanto, chama atenção as características da produção artesanal, as peças são muito semelhantes, os desenhos, as cores, e os preços são os mesmos. No entanto, a produção é realizada de forma individual pelo grupo familiar. Não há nenhuma espécie de parceria ou associação entre os produtores, unindo-se apenas em virtude de doença de algum integrante das famílias. Fora isso, cada um fecha-se em sua unidade produtiva, convivendo o estritamente necessário, estabelecendo estratégias de comercialização de forma a superar a concorrência, da maneira que cada família entende como mais adequada, sem aceitar interferências, da própria comunidade, tampouco de fora dela.

A associação de moradores, formada há um tempo, não teve muito poder de atuação na comunidade e extinguiu-se por falta de participação e organização, dificultando a busca de melhorias para a comunidade perante

os órgãos públicos e também com a resistência às sugestões da EMATER e do SEBRAE que tentaram, sem sucesso, trazer apoio técnico e cursos de capacitação na área artesanal. Dessa forma, o associativismo não tem um papel fundamental na produção socioeconômica na região, predominando as lógicas individualistas e competitivas. O grupo não se reúne para discutir e traçar estratégias para conseguir melhores condições de compra e venda da produção ou melhoramento da mesma, o que poderia contribuir para diminuir a carga horária excessiva dedicada à produção, melhorando os preços de venda das mercadorias e até mesmo traçando estratégias de comercialização, o que garantiria a permanência de todos na atividade artesanal.

### **3. Considerações finais**

A prática dos agricultores-artesãos de Vila Progresso nos ajuda a entendermos um pouco mais as várias faces do rural, que esta dando sinais de resistência, e se reproduz através de iniciativas sinalizadoras como a do artesanato rural.

O grupo de agricultores familiares artesãos estudado como foi mostrado no decorrer do trabalho, apresentam-se duas características essenciais dessa agricultura: a mão-de-obra familiar, ocupada tanto em tempo parcial, e a posse da terra. A mão-de-obra familiar é utilizada em todas as propriedades pesquisadas e pode ser dividida em: ocupação parcial lavoura/artesanato; ocupação parcial artesanato/lavoura e outras atividades. Os agricultores de Vila Progresso cultivam produtos tradicionais: milho, feijão, mandioca, batata, hortaliças, criação de suínos e ovelhas e a pecuária de corte, com destaque para a produção bovina utilizada como uma espécie de poupança a qual lançam mão em momentos de dificuldades financeiras. A unidade produtiva se diferencia de acordo com suas atividades. No núcleo populacional da Vila progresso mantém suas residências juntamente com a produção artesanal, enquanto que as

32



unidades produtivas agropecuária localizam na mesma região, porém, desvinculadas da moradia.

De qualquer forma, a pluriatividade praticada pelos agricultores-artesãos rurais de Vila Progresso articula o trabalho familiar e o apego a terra, em volta de uma identidade comum.

O artesanato hoje está na base das atividades dos grupos de agricultores da Vila Progresso, não mais como atividade complementar, mas sim como uma nova atividade, independente do setor agrícola. Portanto, como atividade principal, ela é parte de uma estratégia de permanência dos agricultores em suas terras.

#### 4. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva. Abr/Jun, vol. 11, nº2, p.73-78. 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, UNICAMP, 1998.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: ADUFPEL, 2003.

CANCLINI, N.G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, M.J. **Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar?** XVI Encontro Anual da ANPOCS, 1992.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

COLE, Dorlei Marcos. **Colonos, agricultores familiares e pluriatividade: Um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari-RS**. UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2003.

COUTO, A.T. **Artesanato: Uma estratégia de sobrevivência da agricultura familiar?** São Paulo: Unicamp, 1997. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congresen/sobr2.html](http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congresen/sobr2.html)> acesso em: 10 de abr. de 2011.

DEPONTI, C. Machado. **Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea**: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina-PR, 22 a 25 Jul. 2007.

FILGUEIRAS, A.P.A. **Aspectos socioeconômicos do artesanato em – comunidades rurais no Ceará** – O bordado de Itapajé. CE. Dissert. Curso de Economia Rural da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

GARCIA JR, A.R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIPAF – Grupo de interesse em pesquisa para a agricultura familiar – lista de discussão da agricultura familiar existente na Internet. Disponível em: <[http:// www.gipaf.cntia.embrapa.br/conceitos](http://www.gipaf.cntia.embrapa.br/conceitos)> acesso em 10 jun.2009.

Graziano da Silva, J. ET alii. **O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário**. São Paulo: Ver. São Paulo em Perspectiva, vol.11, nº2, Abr/Jun, 1997.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: proposta Editorial, 1980.  
LAMARCHE, H (Coord.). **Agricultura familiar**: Comparação internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LIMA, A. A. M; AZEVEDO, I.M. **O artesanato nordestino**: características e problemática atual. Fortaleza: Banco do Nordeste/ETENE, 1982.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar**: questões metodológicas. Reforma Agrária, Campinas, v.25, n.23, p.21-36, mai/dez., 1995.

RAMIREZ, Eduardo; BERDEGUÉ, Júlio. **Ação coletiva e melhorias nas condições de vida da América Latina**. Disponível em: [www.fundominkachorvali.org](http://www.fundominkachorvali.org). Acesso em dezembro de 2009.

RIBEIRO, Berta G. ET AL. **Artesanato indígena**: para quê e para quem? In: O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar em uma época de transformações**: a pluriatividade como estratégia familiar de reprodução social. In: XXXVII Congresso da SOBER. Rio de Janeiro, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003.

TEDESCO, J. C. Contratualização e racionalidade familiar. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VEIGA, J. E. **Delimitando a agricultura familiar**. Reforma Agrária, ABRA, Campinas, v.25, n 2 e 3, p.128-141, mai/dez, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. **A produção familiar na agricultura brasileira**: notas preliminares para um estudo comparativo. In: XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1990.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma (comp). *Uma Nueva ruralidade em America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

